



Revista  
Portuguesa de  
História  
Militar



Ano III - n.º 5  
Dezembro 2023

# Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:

Génese do Império Português do Oriente



## TIMOR 1861. AS REVOLTAS DOS REINOS DE LACLÓ E ULMERA

Jorge Silva Rocha

*“São, porém, os Timores rijos e inclinados à guerra”<sup>1</sup>*

### Resumo

No essencial, na segunda metade do século XIX os direitos e modos de vida ancestrais dos Reinos tradicionais timorenses eram respeitados pelas autoridades portuguesas do território. Um território onde as práticas culturais e políticas timorenses e portuguesas coexistiam, influenciando-se e condicionando-se mutuamente, numa relação frequentemente tensa e hostil sempre que estava em causa a salvaguarda dos interesses próprios de cada uma das partes. Em meados do século XIX as autoridades portuguesas de Timor dispunham apenas de cerca de quatro dezenas de soldados de infantaria para a defesa militar do território. Empenhados em permanência na defesa de Díli, esses efectivos eram manifestamente insuficientes para acorrer aos conflitos que frequentemente surgiam no interior do território. Confrontado com a insuficiência de efectivos treinados e armamento para responder às afrontas à sua autoridade, o Governador do território recrutava, sempre que necessário, combatentes nas Companhias de Moradores existentes nos diversos Reinos timorenses, mas também, em muito menor número, nas colónias britânicas.

Este texto descreve de forma sucinta como em 1861, com o apoio decisivo dos efectivos fornecidos pelos Reinos leais, o Governador de Timor conseguiu ter sucesso nas operações que lançou para debelar as duas primeiras e mais significativas revoltas internas contra a dominação colonial portuguesa — as revoltas de Lacló e Ulmera.

**Palavras-Chave:** Portugal; Timor; Revoltas; Século XIX.

---

1 Luna de Oliveira – Timor na História de Portugal. Lisboa: Agência Geral das Colónias, Vol. 1, 1949, pp. 24

## Abstract

Generally speaking, you can say that in the second half of the 19th century, the rights and ancestral ways of life of the traditional Timorese kingdoms were respected by the Portuguese authorities in the territory. A territory where Timorese and Portuguese cultural and political practices coexisted, influencing, and conditioning each other in an often tense and hostile relationship whenever the safeguarding of each party's own interests was at stake. In the mid-19th century, the Portuguese authorities in Timor only had around four dozen infantrymen for the military defence of the territory. Permanently engaged in the defence of Dili, these troops were clearly insufficient to deal with the conflicts that frequently arose within the territory. Faced with insufficient trained troops and weapons to respond to attacks on his authority, the Governor of the territory recruited, whenever necessary, fighters from the Residents Companies in the various Timorese kingdoms, but also, in much smaller numbers, from the British colonies.

This article briefly describes how in 1861, with the decisive support of troops provided by loyal kingdoms, the Governor of Timor succeeded in the operations he launched to put an end to the first and most significant internal revolts against Portuguese colonial rule — the Lacló and Ulmera revolts.

**Keywords:** Portugal; Timor; Rebellions; 19th century.

Apesar de ser possível confirmar a presença contínua de portugueses em Timor desde o século XVI, não será descabido afirmar que, no terreno, a colonização daquele território só começa a efectivar-se no século XVII com a nomeação oficial dos primeiros governadores. Assegurada durante largos anos pela acção de missionários católicos e por um punhado de militares e funcionários deficientemente enquadrados e escassamente apoiados por Lisboa, a presença portuguesa em Timor não conseguiu anular a tradicional estrutura social e política existente no território.

No século XIX Timor tinha ainda uma estrutura territorial onde coexistiam um sem número de pequenos e relativamente autónomos “estados” nativos designados reinos, com fronteiras territoriais bem definidas, dominados por um determinado grupo social com estrutura interna hierarquizada bem definida e enraizada, encabeçada pelo Rei gentílico (Liurai), e dotados de perfis políticos-jurisdicionais próprios.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Sobre esta matéria veja-se ROQUE, Ricardo – Os Portugueses e os reinos de Timor no século XIX. In *Oriente*, Vol. 20, 2011, pp. 91-111. Veja-se também BELO, Ximenes, S.D.B. – *Os antigos reinos de Timor-Leste: Reis de Lorosay e Reis de Lorothona, Coronéis e Datas*, 2ª ed. Porto : Porto Editora, 2013.

Pese embora o facto de, no essencial, o relacionamento entre portugueses e timorenses se pautar pela tolerância mútua e respeito pelos direitos e modos de vida ancestrais existentes no território na segunda metade do século XIX, os reinos timorenses eram, componentes de uma realidade administrativa complexa onde as práticas culturais e políticas timorenses e portuguesas coexistiam influenciando-se e condicionando-se mutuamente, numa relação frequentemente tensa e hostil onde prevalecia maioritariamente a preocupação com a salvaguarda dos interesses próprios de cada uma das partes.<sup>3</sup>

Com uma existência de séculos, as rivalidades tribais subsistiam e, em grande medida, determinavam o estabelecimento de alianças entre reinos, fosse para enfrentar a tentativa de domínio por terceiro oponente timorense, fosse para lutar contra as imposições do poder colonial ou com ele colaborar vingativamente, na repressão de sublevações.

No início da segunda metade do século XIX, o controlo português sobre a população timorense apenas estava assegurado na cidade de Díli, e seus arrabaldes mais próximos, e, com menor eficácia, em Batugadé na fronteira Oeste. No restante território timorense prevaleciam as Leis e os costumes dos ancestrais Reinos locais.

Com um reduzido aparelho militar, escasso em efectivos e armamento, a capacidade das autoridades portuguesas para garantir a segurança e a eficácia da administração do território, a cobrança de impostos e a manutenção da ordem pública estavam de tal forma comprometidas que se pode afirmar que o domínio português sobre o território e a garantia da sua continuidade se encontravam seriamente comprometidas.

A tensão social era permanente. Os Reis timorenses “(...) rebelavam-se contra o Governo quando se lhe pedia gente para trabalhar; faziam a guerra uns aos outros, e eram, afinal, verdadeiros soberanos”.<sup>4</sup>

Numa acção de reafirmação do poder da potência colonizadora, o Governador Afonso de Castro lançou, em 1860, um conjunto de acções tendo em vista a reorganização administrativa do território. Sem afrontar ou interferir directamente na tradicional implantação territorial dos antigos Reinos, decretou a divisão do território em 10 unidades administrativas territoriais (distritos) com base nas quais pretendia impor e garantir o efectivo domínio de terras e gentes.

Esta acção do Governador pouco efeito prático produziria no imediato. Sem dispor um aparelho militar que lhe permitisse assegurar a necessária segurança para a implementação do novo dispositivo administrativo, a iniciativa do Governador

---

3 ROQUE, Ricardo – Os Portugueses e os reinos de Timor no século XIX. In Oriente, Vol. 20, 2011, pp. 91-111.

4 Luna de Oliveira – Timor na História de Portugal. Lisboa: Agência Geral das Colónias, Vol. 2, 1950, pp. 7.

Afonso de Castro acabaria gorada. No território, o atraso produtivo agrícola era uma realidade em todo o território, o provento resultante da cobrança de impostos era insignificante e o orçamento público oficial cronicamente deficitário.

Concebidas em termos genéricos para o conjunto das colónias portuguesas, as leis emanadas de Lisboa para as administrações coloniais tinham pouca aplicabilidade e eficácia tinham em Timor, já que no território não existia qualquer tribunal ou juiz que pudesse administrar a justiça.

A instrução pública resumia-se à ministrada num par de escolas rudimentares existentes em Díli e em Batugadé; a assistência médica e sanitária às populações não existiam e até mesmo a prática religiosa e missionária sobre a qual assentou durante muitos anos a presença portuguesa no território, estava também ela reduzida a um mínimo de dois sacerdotes.

Neste contexto, todos os pretextos serviam para os Reinos insubmissos afrontarem a potência colonizadora, alimentando uma onda de resistência que, não sendo nova, bloqueava a operacionalização do plano de reorganização engendrado pelo Governador Afonso de Castro. Os alertas para a necessidade de aumento e diversificação dos plantios agrícolas e das técnicas de cultivo a eles associados não só eram ignorados como, contribuindo para o agravar da situação existente, eram frequentes as destruições punitivas de sementeiras como consequência das disputas entre Reinos.

A aversão geral ao trabalho por parte dos locais e a recusa frequente dos Régulos (Reis) insubmissos fornecerem, de entre os seus súbditos, a mão-de-obra necessária à construção das mais básicas infraestruturas públicas inviabilizavam qualquer programa de desenvolvimento social e económico do território.

A construção de estruturas defensivas e prisionais em Díli, iniciada na segunda metade do século XIX, acabaria também ela interrompida devido ao abandono das obras por parte dos escaços artífices arregimentados, mas também porque os habitantes dos Reinos leais às autoridades portuguesas se verem impedidos pelos rebeldes de circularem livremente pelo território, fosse para trocas comerciais, fosse para trabalhar.

Sem meios locais para ocupar e defender o território, em meados de 1860 o Governador de Timor alertou as autoridades da metrópole para a necessidade de se agilizar urgentemente o fornecimento de meios materiais e efectivos para garantir a manutenção da posse de tão longínquo domínio pois, "(...) a submissão dos povos da ilha era mais devida à catequese do que à força das Armas".<sup>5</sup>

Manifestando-se contrário a uma ocupação do território pela via da força das armas e a submissão total dos Reinos insubmissos pela mesma via, o Governador preconizava então como medida imediata o envio de um contingente militar constituído por três a quatro centenas de efectivos africanos, considerados

5 *Idem*, pp. 11.

fisicamente mais resistentes que os europeus, para o auxiliar na sua acção governativa.

### **A revolta de Lacló**

No início de 1861, as autoridades de Lisboa não tinham ainda reagido aos alertas e à solicitação de reforço militar enviados pelo Governador Afonso de Castro que, afectado pela doença, tinha deixado temporariamente Timor para recuperar das maleitas de que padecia. Sucedeu-lhe interinamente nas suas funções governativas o Major Duarte Cabreira.

Entre Janeiro e Março de 1861, a situação securitária no território degradou-se significativamente com a revolta dos Reinos de Lacló e Ulmera, confirmada no terreno por emissários militares do Governador interino.

Não sendo claras as causas imediatas para a insubordinação daqueles dois Reinos, pode apontar-se como principal factor para a eclosão das acções revoltosas a insatisfação e o inconformismo das populações relativamente ao rumo governativo seguido por Afonso de Castro e Duarte Cabreira, no que dizia respeito à cobrança de impostos e á ausência de acções de combate aos desmandos praticados pelos funcionários do governo bem como pelas hierarquias superiores dos diversos regulados.<sup>6</sup>

Gradualmente, a violência disseminou-se a partir daqueles dois Reinos com a conivência dos dois Reis rebelados obrigando o Governador interino a convocar os Arraiais<sup>7</sup> dos Reinos leais do Leste do Território para a defesa de Díli, ao mesmo tempo que decretava a proibição de comercialização de armamento e pólvora e, promovia o fabrico de munições e a construção de posições defensivas improvisadas em torno da sede do Governo.

Quando, no início de Abril de 1861, o Governador Afonso de Castro regressou a Díli já restabelecido, a paz social encontrava-se radicalmente alterada e o ambiente securitário agravara-se significativamente no território. Os Reinos de Lacló e Ulmera, situados a poucos quilómetros a Leste e Oeste da Praça de Díli, mantinham a sua insubordinação e promoviam acções revoltosas de crescente violência que urgia debelar não obstante os escaços meios humanos e materiais coercivos á disposição do Governador de Timor. O armamento disponível para armar o reduzido número de efectivos da guarnição militar e as Companhias de Moradores<sup>8</sup> era então claramente insuficiente e maioritariamente obsoleto.

Sem ter obtido resposta imediata para o pedido de reforço da guarnição militar anteriormente enviada a Lisboa e sem dinheiro nos cofres públicos para pagar as cinco centenas de espingardas que, prevendo o evoluir e o agravamento

<sup>6</sup> *Idem*, pp. 20.

<sup>7</sup> Grupo de Homens armados fornecidos pelos Reinos em caso de guerra.

<sup>8</sup> Dispositivo de segurança interna dos Regulados (Reinos), organizado em Companhias.

dos acontecimentos, o Governador interino tinha encomendado em Singapura, Afonso de Castro, aproveitando as boas relações mantidas com o Governo das Índias Holandesas, conseguiu garantir o fornecimento de emergência de 20 espingardas e 2000 cartuchos para as mesmas.<sup>9</sup>

Relembrando o recente assassinato e decapitação, com a conivência do Rei de Lacló, de um Sargento veterano português, o Governador apressou-se a difundir instruções de actuação à população, instando-a à “defesa da Bandeira”. Essas instruções eram simples e claras: “o sinal de alarme seria um tiro na fortaleza, ao qual formaria o Batalhão, em frente dos quarteis, e as Companhias de Moradores nos postos respectivos. Os escravos ou criados, dispensados do serviço, seriam enviados ao Major da Praça e todos os cidadãos e funcionários tornavam-se militarizados. O Capitão china, ao sinal de alarme, reuniria todos os chineses capazes de pegarem em armas, e iria pôr-se às ordens do Major”.<sup>10</sup>

Procurando operacionalizar a defesa de Díli com os escassos meios ao seu dispor, Afonso de Castro atribuiu ao Major Leão Cabreira, que o tinha substituído interinamente nas funções de Governador aquando da sua ausência do território por doença, o comando dos Arraiais provenientes dos reinos localizados a Leste de Díli, onde se situava Lacló, e ao Alferes Lobato Pereira o comando dos Arraiais vindos de Oeste da mesma cidade para fazer frente aos revoltosos de Ulmera.

Com o evoluir da situação de conflito, os súbditos do Rei de Lacló implementaram e foram consolidando, um dispositivo de defesa estática dos seus povoados ao mesmo tempo que, com o auxílio de outros Reinos seus aliados, progrediam no terreno procurando conquistar Díli bem como todo o território que, a Oeste, os separava do Reino aliado de Ulmera. Posta em marcha a execução do plano de operações gizado pelo Governador com a reunião dos Arraiais do Leste em Manatuto, cedo se concluiu da sua impraticabilidade tão expressiva foi a desobediência dos Reis às instruções de mobilização difundidas, acolhidas pela generalidade dos visados com desinteresse e má vontade.

As investidas nocturnas das hostes de Lacló sobre Díli sucediam-se obrigando Afonso de Castro a organizar expedições armadas punitivas contra os rebeldes que, vindos de Leste, roubavam tudo o que lhes fosse possível, assassinando e decapitando quem lhes fizesse frente.

Cerca de quinze dias após o seu regresso ao território (22 de abril), Afonso de Castro fez organizar uma coluna armada constituída por cerca de quatro centenas de homens, militares e moradores comandados pelo Capitão Eduardo Lobato de Faria, à qual ordenou a perseguição dos revoltosos e a marcha sobre Fatuai e Hera, a Leste de Díli, acabando a segunda povoação por ser completamente destruída pelo fogo na sequência da acção punitiva da coluna enviada da Praça.

9 Luna de Oliveira – Timor na História de Portugal. Lisboa: Agência Geral das Colónias, Vol. 2, 1950, pp.16.

10 *Idem, Ibidem*

Ao mesmo tempo, o Major Cabreira executava uma activa campanha de influência e contra-informação no seio dos restantes Reinos locais, com o objectivo de levar os seus chefes e gentes a abandonarem, em favor dos interesses de Portugal, a indiferença e alguma animosidade com que encaravam a crescente ingerência e pressão do Governo. Ao mesmo tempo, “em Díli reforçou-se a fortificação, levantando-se um baluarte [que ficaria pronto ainda no mês de Junho de 1861] com duas peças de artilharia (...) a Poente da cidade”.<sup>11</sup>

A Oeste da cidade, o Rei de Liquiçá, aliado e apoiante da acção do Governador, procurava reunir os efectivos provenientes de cerca de uma dezena de outros Reinos do Oeste e interior da ilha com o propósito de avançar contra o Reino de Lacló e Ulmera, acção concertada com as forças comandadas pelo Alferes Tomás Lobato Pereira. Uma onda de deserções nas fileiras e o ressurgimento de velhas inimizades tribais no seio dos contingentes locais que os constituíam acabariam por inviabilizar a acção.

A partir de meados de Maio de 1861 cresce a convicção de que, a não serem tomadas prontamente decisões no sentido de se acelerarem as acções com vista à subordinação dos Reinos revoltosos, todas as operações futuras ficariam irremediavelmente comprometidas não só pela crescente resistência à mobilização de efectivos para reforço do contingente de defesa, mas também, pelo marasmo que se ia progressivamente instalando no seio das forças da Praça por inacção das mesmas.

A custo, em Junho o Governador conseguiu organizar uma “força de combate” que após desembarque na região de Metinaro, avançaria sobre as posições defensivas erguidas pelos revoltosos destruindo-as. A força dividiu-se em seguida em duas colunas que se dirigiriam separadamente para Díli, para defesa avançada da Praça, e Manatuto em reforço do Arraial que aí se concentrava para avanço sobre os revoltosos de Lacló.

Delineado o plano de operações, faltavam os meios navais para transportar a força que iria desembarcar em Metinaro. Esta dificuldade só viria a ser ultrapassada com a cedência por parte de um residente, Capitão Luís Terry, de uma embarcação sua, à vela, para transporte das forças combatentes. No total, o Governador acabaria por conseguir reunir localmente quatro embarcações com as quais iniciou o transporte dos cerca de 100 efectivos para a zona de desembarque. Esta força não chegaria, no entanto, a avançar para além da barra do porto de Díli porque a principal embarcação da frota naval improvisada, a mesma cedida pelo Capitão Terry, havia de colidir com um coral submerso à saída da barra, ficando impossibilitada de seguir viagem. Regressadas as embarcações ao ponto de partida, desembarcaram os homens que nelas seguiam, recusando os mesmos mais tarde voltar a embarcar dominados por um temor supersticioso de naufrágio.

11 Luna de Oliveira – Timor na História de Portugal. Lisboa: Agência Geral das Colónias, Vol. 2, 1950, pp. 22.



Sem argumentos para demover os elementos da sua força da recusa de embarque, o Governador cancelou a operação fazendo regressar a Balibó a Companhia à qual tinha sido atribuída a missão de atacar as forças insurrectas estacionadas em Metinaro logo que se iniciassem as manobras para desembarque da força proveniente de Díli. Na retirada, a Companhia de Balibó acabaria por entrar em confronto com as forças oponentes de que resultaria a morte e decapitação de um dos elementos da Companhia.

A confiança dos habitantes no Governador e nas operações que ele pretendia lançar contra os revoltosos só seria retomada com a chegada ao porto de Díli no dia 22 de Junho de 1861 de uma fragata a vapor enviada pelas autoridades holandesas, em resposta ao pedido de apoio militar que Afonso de Castro lhes tinha feito chegar por intermédio do Capitão Terry.

A mesma fragata sairia três dias depois do porto de Díli e navegou em direcção a Manatuto numa demonstração de poder militar naval que produziria forte apreensão junto dos revoltosos, tementes de um eventual bombardeamento das suas posições a partir do mar. Tranquilizados pela segurança adicional que este apoio naval podia garantir a operações futuras, os reis de Samoro, Alas e Dotic acederam ao envio de cerca de cinco centenas de homens para reforçar o Arraial que devia marchar sobre Manatuto, elevando o seu efectivo para cerca de 2000 combatentes.

Ao mesmo tempo, o Governador ordenava a deslocação de um oficial, o Alferes Francisco Caiado, para Liquiçá com a missão de aí arregimentar efectivos. Só a custo o conseguiria fazer. Nos últimos dias de Junho de 1861, confirmaria finalmente o sucesso das acções desenvolvidas no terreno e solicitava a Díli o envio de um morteiro juntamente com uma força de reforço constituída por trinta militares da Praça.

Esta força permaneceria em Liquiçá até meados do mês de Julho. No dia 13 desse mês a força estacionada em Liquiçá, à qual se juntaria uma outra proveniente de BoiBau, receberia ordem de marcha para Manumeta para operações de retaliação contra revoltosos que tinham emboscado forças leais.

Divididos em diversas formações, os cerca de 400 efectivos avançaram sobre os povoados próximos apoiados pelo fogo do morteiro, assaltando as posições entrincheiradas dos rebeldes, “(...) com fogo nutrido à queima roupa (...), e sofrendo um morto e cerca três dezenas de feridos”.<sup>12</sup>

O ataque das forças leais acabaria por não ter, no entanto, um impacto decisivo sobre os revoltosos já que os mesmos, ao constatarem o recuo das forças atacantes do Governo por falta de apoio para a continuação da investida, saltaram das trincheiras para lhes encetar uma feroz perseguição que os havia de empurrar para muito perto de Liquiçá. A subjugação de Lacló mantinha-se uma prioridade nos planos do Governador.

---

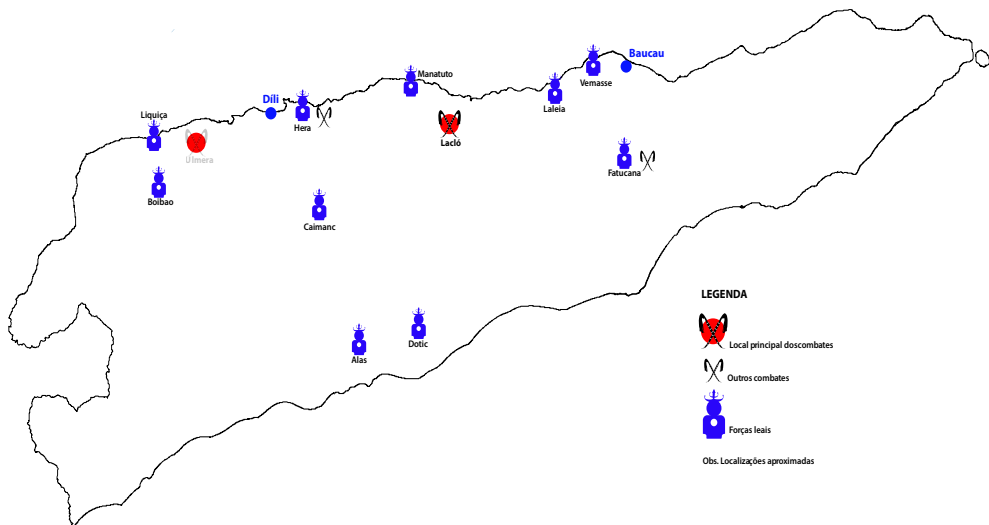
12 *Idem*, pp. 29.

Na segunda metade do mês de Julho de 1861 o torpor instalou-se novamente no seio dos contingentes leais ao Governo, facilitando a propagação de rumores demolidores da confiança como aquele que dava conta da concentração de 13 mil rebeldes nos arrabaldes de Maubara com vista à invasão e conquista de Díli.

Entretanto, o arraial de Caimanc que, apesar dos rumores em sentido contrário, mantivera a sua lealdade, foi crescendo em número de efectivos e progredindo no terreno, perseguindo os revoltosos dispersos pela região de Lacló até os encurralar nas montanhas.

Aproveitando a oportunidade criada pela força de Caimanc, o Governador ordenou que aos seus elementos fossem distribuídas armas e munições e, que o Arraial fosse reforçado com efectivos provenientes de Companhias de Moradores. Nomeou também um oficial para o representar junto da chefia daquela força, dotado de poderes para negociar apoios no maior número possível de Reinos com vista à constituição de uma força suficientemente robusta para lançar o assalto às posições dos revoltosos nas montanhas.

Reunidos os meios e os efectivos necessários, a coluna constituída por cerca de sete centenas de homens, avançou para a conquista das primeiras localidades dominadas pelos revoltosos. Fatucana e Fatucoina foram, assim, os primeiros e mais importantes objectivos a serem conquistados no plano mais vasto de conquista e submissão de Lacló. A tomada destas localidades-chave para o sucesso para a conquista de Lacló não foi fácil, tendo-se os combates prolongado até ao dia 8 de Agosto de 1861.



**Fig. 1-** Operações contra o Reino de Lacló (ilustração do autor)©

Recebida com regozijo a notícia em Díli, o Governo providenciou o envio

para Lacló de uma coluna de reforço constituída por uma Companhia de Moradores (cerca de 50 homens) acompanhada de novo reforço de munições para reabastecer as forças empenhadas em combate. Esta coluna iria juntar-se ao Arraial de forças vindas de Leste para, em conjunto, avançarem sobre Lacló em apoio da coluna que já combatia nas montanhas.

A grande operação para a conquista final de Lacló foi posta em marcha a 23 de Agosto com o avanço no terreno do Arraial que tinha derrotado os revoltosos em Fatucana e Fatucoina. Sofrendo emboscadas e repelindo os ataques esporádicos dos revoltosos, acabou por se reorganizar e pernoitar no povoado de Quilau, nas proximidades de Lacló.

A primeira investida sobre Lacló deu-se às primeiras horas do dia seguinte, 24 de Agosto. A coluna de Caimanc que perseguira e combatera os revoltosos nas montanhas, avançou em força obrigando os revoltosos de Lacló a refugiarem-se nas trincheiras entretanto construídas para travar o ímpeto das forças do Governo de Timor. Conseguida a concentração forçada dos revoltosos em posições favoráveis à sua derrota, a coluna de Caimanc não pôde, no entanto, avançar para o assalto definitivo para submissão de Lacló por dificuldades de coordenação e conjugação de esforços para as operações finais com o Arraial que avançara de Leste, a partir de Manatuto, em direcção a Lacló.

Sujeitos às constantes investidas das forças leais ao Governo que as perseguiram através das montanhas, e com pesadas baixas, os revoltosos acabariam encurralados entre as colunas de Caimanc e a de Manatuto. Sem capacidade de resposta, retirariam durante a noite deixando ao abandono todas as posições defensivas onde se tinham refugiado. Ao nascer do sol do dia 25 de Agosto de 1861, a coluna de Leste comandada pelo Major Cabreira, avançou para o ataque final a Lacló. Abandonada pela população a coberto da Noite, Lacló estava deserta. Cabreira ordenou então a incineração do povoado (Suro) após o saque do mesmo pelos Arraiais Leais que tinham combatido os rebeldes. “Por dias estacionaram os arraiais em Lacló, procedendo a operações de limpeza e represália em que avultou o costume tradicional da razia e do arrebanhamento de búfalos e cavalos, aos centos (...)”.<sup>13</sup>

Terminadas as operações em Lacló, as forças de Leste regressaram a Manatuto e daí desmobilizaram para Díli e outras paragens.

Nas primeiras semanas de Setembro de 1861 seria a vez da coluna de Caimanc regressar a Díli trazendo à sua guarda os restos mortais do Sargento veterano Manuel Joaquim de Oliveira que havia sido assassinado e decapitado meses antes pelas gentes de Lacló. Num ambiente de pesar respeitoso e de alguma pompa, os restos mortais do Sargento português foram depositados na igreja de Díli onde se celebraram officios religiosos antes de serem transportados em cortejo de honra para o cemitério.

13 *Idem*, pp. 32.

“Os Réulos, a cavalo, com fantásticos trajes e arreieis, seguiam o Governador. Atrás deles marchava o Arraial com as bandeiras despregadas, batendo a passo as caixas de guerra. Levantou-se um arco de triunfo, no largo de Díli, ao alto do qual se liam, em grossos caracteres, estes dois versos camoneanos: «Distintos vós sereis na lusa história pelos louros que ganhaste na vitória»”<sup>14</sup>

### **As operações contra o Reino de Ulmera**

Aproveitando o ambiente geral de satisfação pela vitória alcançada em Lacló e a concentração em Díli para as cerimónias dos Arraiais que tinham participado nas operações anteriores, o Governador Afonso de Castro anunciou a intenção de organizar uma coluna armada que iria marchar sobre para punir aquele Reino pelas acções revoltosas que vinha desenvolvendo.

Confrontado com a resistência dos Reis leais a tal iniciativa, justificada com o cansaço causado pelas operações anteriores, Afonso de Castro reafirmou a sua intenção e manifestou a intenção de ser ele a comandar as forças e de marchar à frente dos Arraiais. Surpreendidos com a decisão do Governador, os Reis acabariam por abandonar o seu retraimento e por garantir o apoio necessário às operações contra Ulmera.

O plano para a campanha delineada pelo Governador previa que o Arraial reunido em Díli fosse dividido em três Corpos: o do centro e reserva; o da ala direita e, o da ala esquerda.

O Corpo da ala esquerda, dirigido pelo Rei de Ermera, seria composto pelos Arraiais de Ermera e Mothael sob o comando militar do Alferes Tomás Lobato Pereira.

A ala da direita seria constituída com recurso aos Arraiais de Cailaco, Atsabe, Seimean, Cotubaba, Saniri, fatumasse, Maubara e Liquiça. O comando superior desta ala pertenceria ao Rei de Cailaco e o comando militar dos seus efectivos ao Alferes Francisco Borges Caiado.

Finalmente, a ala centra, comandada pelo Capitão Eduardo José Lobato de Faria, contaria com os efectivos de uma Companhia de Moradores da Praça de Díli, 12 Fundús<sup>15</sup> (na reserva), 15 soldados do Batalhão local e os Arraiais de Caimanc, Failacor, Dailor, Turiscaem, Darlau e Hera.

O comando-em-chefe de todas as alas, incluindo a Reserva, pertenceria ao Governador Afonso de Castro ficando o Governo de Díli novamente a cargo do Major Leão.

<sup>14</sup> *Idem*, pp. 33

<sup>15</sup> Indianos oriundos das colónias britânicas.

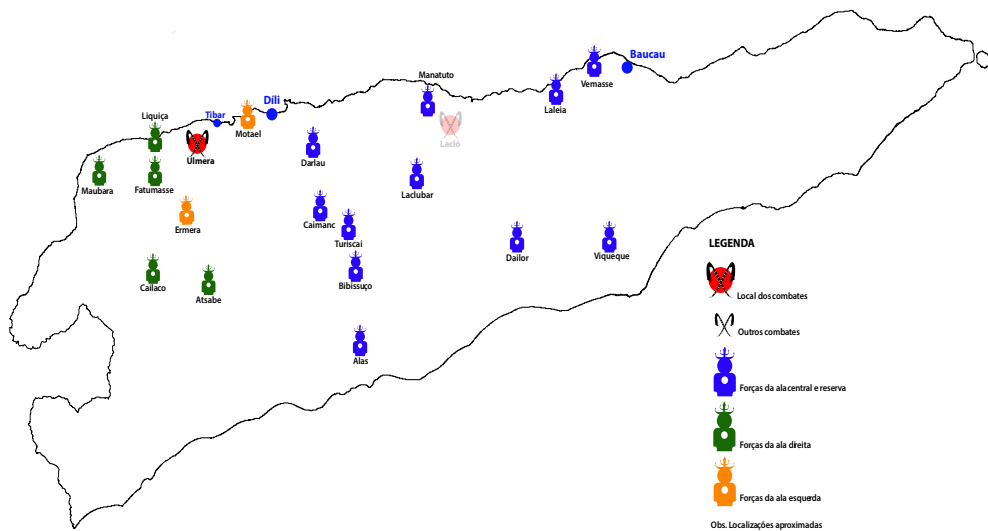


Fig. 2- Operações contra o Reino de Ulmera (ilustração do autor)©

Depois de alguma demora em Díli para permitir a chegada dos Arraias de Manantuto, Vemasse, Laleia, Alas, Bibissuço, Laclubar, Viqueque e Lamaquitos, a coluna do Governador deu início à marcha no dia 18 de Setembro de 1861, pela manhã. Nesse dia, a força progrediu até Tibar onde estabeleceu o acampamento base a partir do qual foram lançados os primeiros ataques contra os povoados apoiantes dos revoltosos de Ulmera. Ataques que viriam a revelar-se difíceis pela resistência oferecida pelos revoltosos às investidas das colunas do Governador, e que provocaram numerosos mortos e feridos. As dificuldades causadas pela resistência oferecida pelos revoltosos revelaram-se significativas e obrigaram o Governador a decidir, no dia 21 de Setembro, a abandonar Tibar com o grosso das forças para se dirigir, com a menor dispersão possível dos efectivos ao seu dispor, para posições mais próximas de Ulmera. Em Tibar ficou apenas uma pequena força constituída por cerca uma centena de homens que, com a certeza da inevitabilidade de um ataque por parte das forças rebeldes, construíram trincheiras para sua defesa.

Na manhã do dia 22 de Setembro, os revoltosos surgiram pela primeira vez em campo e, dos pontos mais elevados da serra, passaram a desafiar os Arraias do Governador chegando mesmo a encetar uma tentativa de ataque que viria a afectar, com poucos resultados práticos, apenas um dos flancos das forças de Afonso de Castro.

Em resposta, o Governador ordenou às suas colunas que perseguissem os revoltosos, provocando a sua debandada. No dia 25 de Setembro, uma força comandada pelo Alferes Caiado e constituída por cerca de 800 homens ocupou

as posições elevadas mais importantes nas montanhas enquanto, mais abaixo, cerca de três centenas de homens do Reino de Liquiçá tomavam posição para combater. Numa última tentativa de resolução do diferendo sem combates, o Governador Afonso de Castro enviou um emissário ao seu oponente rebelado, com a missão de o tentar demover das suas acções e instando-o a render-se juntamente com os seus subordinados.

Frustradas as iniciativas com vista à rendição das hostes rebeladas, o Governador ordenou o envio de uma coluna de reconhecimento à posição de Fatupró e determinou a divisão dos efectivos disponíveis em três colunas que actuariam de forma independente, mantendo a reserva junto a si para acorrer a qualquer necessidade de reforço da acção da ala da direita.

Ordenado o início das acções de combate, as colunas do Governador atacaram as posições dos revoltosos em Atú e Fatupró. As alas deram início à marcha em simultâneo, avançando sem resistência para os objectivos pela esquerda das posições dos revoltosos e, com oposição significativa, pelo centro e direita até serem impedidos de progredir no terreno. A acção de reforço ordenada às forças da reserva ficou também ela comprometida já que se temia um ataque, a partir das montanhas, à rectaguarda da principal posição das forças leais.

Numa acção rápida de reorganização do esforço de ataque, as colunas do centro e da direita trocaram de posições avançando a da direita, de forma impetuosa e sobre forte tiroteio, sobre a rectaguarda de três posições dos revoltosos situadas no entorno de Fatupró. Ao mesmo tempo, a coluna da esquerda atacava o povoado de Caicassa e outras três aldeias sujeita a forte fuzilaria.

Ao cair da noite todas as posições dos revoltosos em torno de Fatupró tinham sido tomadas de assalto e incendiadas pelas forças governamentais. O ataque final a Fatupró dar-se-ia no dia 27 de Setembro, conseguindo-se a rendição do povoado, quase deserto, sem qualquer oposição armada das forças revoltosas que, perseguidas pelas forças do Alferes Caiado e Lobato, se renderiam no dia seguinte.

Sem empenhar a totalidade das forças à sua disposição, o Governador Afonso de Castro tinha conseguido eliminar mais um foco de revolta e afronta à soberania portuguesa no território.

### **Considerações finais**

Em jeito de balanço sobre as operações militares lançadas pelo Governador Afonso de Castro contra os revoltosos e insubmissos súbditos dos Reinos de Lacló e Ulmera, pode afirmar-se que tiveram um sucesso que poucos julgavam ser possível de alcançar com os escassos meios militares, humanos e materiais existentes na mais longínqua colónia portuguesa.

Em meados de 1861 o Governador de Timor tinha à sua disposição para

a defesa militar do território apenas cerca de quatro dezenas de soldados de infantaria que se dedicavam, em quase exclusividade, à protecção e defesa da Praça de Díli. Com um número de efectivos manifestamente insuficiente para acorrer aos conflitos que frequentemente surgiam no interior do território, o Governador arregimentava sempre que necessário, para auxílio das forças do único batalhão de infantaria existente, cerca 40 indianos oriundos das colónias britânicas (Fundús) e 400 homens pertencentes às Companhias de Moradores existentes nos diversos Reinos Locais. Foi com estes escassos meios ao seu dispor que conseguiu organizar e pôr em prática as operações para debelar as duas primeiras e mais significativas afrontas dos Reinos locais à dominação colonial portuguesa.

A luta contra os revoltosos de Lacló durou cerca de cinco meses tal foi a dificuldade encontrada pelo Governador Afonso de Castro para conseguir os apoios necessários para a campanha junto dos Reis leais à governação portuguesa. Nela se destacou o Major Duarte Leão Cabreira, proposto posteriormente pelo Governador para as mais altas condecorações do Reino, juntamente com o Capitão Lobato Faria e os Alferes Francisco Fernandes e Tomás Pinto de Noronha.

Beneficiando do sucesso e do momento criado pela vitória sobre as gentes de Lacló, as operações contra Ulmera tiveram o seu desfecho em apenas um mês com o contributo determinante das Companhias de Moradores dos Arraiais do Oeste, eficazmente comandadas pelos Alferes Francisco Borges Caiado e Tomás Lobato Pereira.<sup>16</sup>

Só em finais de 1861 a metrópole informava, finalmente, o Governador do envio de uma força com cerca de uma centena de homens para reforço da guarnição do território. Timor entrou então num período de certa tranquilidade e paz social.

No entanto, a administração da colónia portuguesa de Timor continuaria a ser extremamente difícil em função da quase total ausência de atenção da metrópole para as necessidades de um território com enorme escassez de recursos de toda a espécie.

Nos anos que se seguiram até final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, a realidade social e administrativa pouco ou nada se alterou no território. A autoridade dos Reis locais continuou a exercer-se no seio das suas antigas jurisdições e os sucessivos Governos nomeados por Lisboa, cientes da reduzida capacidade de actuação dos seus aparelhos administrativos locais, continuaram maioritariamente a seguir uma política de não ingerência nos assuntos internos daquelas unidades sociais ancestrais mas salvaguardando sempre a exigência do pagamento de impostos, a cedência de efectivos em caso

---

16 Luna de Oliveira – Timor na História de Portugal. Lisboa: Agência Geral das Colónias, Vol. 2, 1950, pp. 45.

de guerra e a obrigação de reconhecimento e prestação de homenagem aos representantes da coroa portuguesa no território.

Esta actuação não garantia, no entanto, a inexistência de conflito entre as diferentes partes. Até final do século XIX suceder-se-iam mais de uma dezena de conflitos, com confrontos mais ou menos violentos, entre os diversos Reinos tradicionais, isoladamente ou em coligação, ou entre aqueles e a administração portuguesa, em resultado de uma progressiva e mais eficaz acção governativa e consequente ingerência coerciva na administração dos Reinos e do território.

### **Bibliografia consultada**

BARROS, Jorge Figueiredo de – *Memórias de Timor*, 1910-1912. Coord. e sel. e notas Gonçalo Castro de Medina Figueiredo de Barros. Óbidos: Alêtheia, 2021.

BELO, Ximenes, S.D.B. – *Os antigos reinos de Timor-Leste: Reys de Lorosay e Reys de Lorothoba, Coronéis e Datos*, 2ª ed. Porto : Porto Editora, 2013.

FIGUEIREDO, Fernando Augusto de – *Timor: a presença portuguesa, 1769-1945*. [pref. Fernando de Sousa; posf. Carlos Filipe Ximenes Belo]. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da UNL, D.L. 2011. 568 p.: il.; 23 cm. Orig.: Tese dout. História, Fac. de Letras, Univ. do Porto, 2004.

OLIVEIRA, Luna de – *Timor na história de Portugal*. Lisboa: Fundação Oriente: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, [2004]-. v.: il.; 23 cm. O 4º v. é uma edição original, inédita até agora. Contém bibliografia. Ed. fac-simil. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949, 1950, 1952.

ROQUE, Ricardo – *Os Portugueses e os reinos de Timor no século XIX*. In *Oriente*, Vol. 20, 2011, pp. 91-111

TAVARES, José Augusto Vilas Boas – *A governação de Timor no século XVIII: Lifau 1702-1769*. Lisboa: Academia de Marinha, 2019.

MATOS, Artur Teodoro de (ed.) *Timor no passado: fontes para a sua história: (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa – Universidade Católica Portuguesa, 2015. 235, [4] p.; 24 cm. (Estudos e documentos; 20).



## JORGE SILVA ROCHA

Militar e Historiador, é Licenciado em História, Mestre em História Militar e Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL. Desde 2013 é investigador integrado do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL. Publicou diversos trabalhos em Actas de eventos e Revistas e é autor/coautor de três livros, um dos quais galardoado com o prémio de Defesa Nacional 2013. Desempenha funções institucionais no Gabinete de Apoio da Comissão Portuguesa de História Militar.



### **Como citar este texto:**

ROCHA, Jorge Silva – Timor 1861. As Revoltas dos Reinos de Lacló e Ulmera. Revista Portuguesa de História Militar - Génese do Império Português do Oriente. Ano III, nº 5 (2023); <https://doi.org/10.56092/GGSK6479>